



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

## Informação nº 110/2023 – Segem/Digem2

Brasília (DF), 7 de agosto de 2023.

**Processo nº:** 00600-00001702/2023-3-e.

**Jurisdicionados:** Casa Civil do Distrito Federal – Caci/DF  
Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF

**Assunto:** Representação.

**Ementa:** Representação. Deputado Distrital. Decreto 43.899, de 31 de outubro de 2022. Alegada invasão da competência legislativa da União. Possível afronta ao direito constitucional à propriedade dos usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal (STPC/DF). Sistema de Bilhetagem Automática - SBA/DF. Prazo de validade dos créditos dos cartões de transporte. Reversão dos valores para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do STPC. Provável desrespeito à exigência de lei em sentido formal. Decisão 1470/2023: Conhecimento. Manifestação da Jurisdicionada. Revogação do Decreto n.º 43.899/2022 pelo Decreto n.º 44.432/2023. **Nesta fase processual:** Exame do mérito da peça exordial, devido à similitude das duas normas quanto às supostas ilegalidades. **Proposições:** Improcedência da representação. Arquivamento dos autos.

Senhor Diretor,

Trata-se de representação formulada pelo deputado distrital Fábio Felix Silveira contra ato do Poder Executivo do Distrito Federal, tendo em vista a publicação do Decreto 43.899, de 31 de outubro de 2022, que conteria dispositivo supostamente em afronta ao direito constitucional à propriedade dos usuários do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – STPC/DF (peça 1).

### I. Antecedentes

2. O representante alega, em síntese, que o Decreto n.º 43.899/2022 contraria a Constituição Federal por legislar em matéria de competência privativa da



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

União e por representar confisco da propriedade privada, quando estabelece prazo de validade para os cartões de transporte e prevê a retenção dos créditos vencidos aos cofres distritais.

3. O deputado distrital Fábio Felix Silveira solicita, em virtude das ilegalidades narradas, ao TCDF “...medida judicial cabível, de competência desse egrégio Tribunal, a fim de defender os direitos dos usuários do SPTC, fazendo cessar os efeitos do referido decreto, com a declaração de sua nulidade e ou inconstitucionalidade”.

4. Esta Corte, por intermédio da Decisão nº 1.470/2023, resolveu (peça 11):

- I. conhecer da Representação formulada pelo Deputado Distrital Fábio Felix Silveira, acerca da publicação do Decreto n.º 43.899/22 (e-doc F0B9966F-c e anexo de e-doc 47ª4576B-c), em face do atendimento aos pressupostos de admissibilidade previstos no art. 230 do Regimento Interno do TCDF; **II. Determinar à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF que, com fulcro no art. 230, § 7º, do Regimento Interno do TCDF, apresente, no prazo de 15 (quinze) dias, os esclarecimentos que entender pertinentes quanto ao teor da Representação, acompanhados da respectiva documentação comprobatória;** III. dar ciência desta decisão ao Representante e à Casa Civil do Distrito Federal – Caci/DF; IV. Autorizar: a) o envio de cópia da Representação, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal – Semob/DF, para subsidiar o atendimento ao inciso II; b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – Segem, para adoção das medidas cabíveis.

5. A Secretaria de Transporte e Mobilidade, em obediência ao item II da Decisão nº 1.470/2023, encaminhou o Ofício Nº 873/2023 – SEMOB/GAB com os esclarecimentos relativos ao teor da representação (peça 39). Os documentos anexos ao referido ofício constam do Processo de Barramento nº 00600-00004440/2023-62, correlacionado aos autos.

6. Informa a jurisdicionada que **o Distrito Federal revogou o Decreto n.º 43.899/2022, objeto da representação, com a edição do Decreto nº 44.432/2023.** Esta Unidade Técnica juntou o último normativo a este feito (peça 41).

7. Foram, ainda, em atendimento à solicitação do Conselheiro-Relator (Ofício n.º 30/23-GCAC – peça 38), juntados aos autos os documentos enviados pelo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

via Ministério Público de Contas (MPC), que tratam de denúncia recebida na Ouvidoria do *Parquet*, constantes do Procedimento Interno do MPC n.º 00600- 00001110/2023-15 e do Processo de Barramento n.º 00600-00001538/2023-68 (peças 18/37), tendo em conta a matéria tratar da mesma questão objeto da representação que ora se examina, não se apresentando elementos outros que agreguem valor ao exame de mérito da exordial.

## **II. Objetivos da Informação**

8. Esta informação abordará, preliminarmente, a continuidade da apreciação do mérito da peça vestibular em face da revogação do Decreto n.º 43.899/2022 (peça 2) pelo Decreto n.º 44.432/2023 (peça 41).

9. Em seguida, serão relatados o teor da representação e os esclarecimentos prestados pela Semob/DF em virtude do item II da Decisão nº 1.470/2023. Examinar-se-á, ato contínuo, o mérito da peça exordial. Por fim, constarão as conclusões e as sugestões.

## **III. Continuidade da Apreciação do Mérito da Representação em face da Revogação do Decreto n.º 43.899/22 pelo Decreto n.º 44.432/2023**

10. A representação trata de possíveis ilegalidades do Decreto n.º 43.899/2022 (peça 2). Contudo, o normativo questionado não subsiste mais no mundo jurídico, pois foi revogado *in totum* com a edição do Decreto n.º 44.432/2023 (peça 41). A revogação da norma atacada levaria à perda de objeto da representação do deputado Fábio Felix Silveira.

11. O decreto revogador (44.432/2023) tem, porém, conteúdo similar ao decreto revogado (43.899/2022). Os dois normativo dispõem “... *sobre o prazo de validade dos créditos armazenados na forma de valores monetários do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA/DF do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal - STPC/DF*” (peças 2 e 41). A diferença básica reside apenas nos prazos de validade dos cartões de transporte.

12. Nos dois decretos, há a previsão de que “... *os valores dos créditos expirados devem ser resgatados da conta de custódia dos créditos do SBA e revertidos à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do STPC/DF, destinados a modicidade tarifária nos termos do artigo 6º, § 2º, da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*” (peças 2 e 41).

13. O Decreto n.º 44.432/2023 padeceria, em tese, dos mesmos vícios apontados na peça exordial em relação ao Decreto n.º 43.899/2022: a retenção de valores monetários armazenados em cartão de transporte, além de representar confisco, é matéria de competência privativa da União e deveria ser regulada por lei em *stricto sensu*.

14. Os princípios regedores do processo administrativo - economia processual, instrumentalidade das formas e formalismo moderado - tornam viável o



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

exame de mérito da peça exordial quanto ao Decreto nº 44.432/2023, ou seja, sem a necessidade de uma nova representação.

#### **IV. Teor da Representação**

15. Na peça exordial, o deputado distrital Fábio Felix Silveira asseverou (peça 1):

- O Decreto n.º 43.899/2022 estabelece, fundamentalmente, que os valores mantidos nos cartões de transporte sejam revertidos à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Sistema de Transporte Público Coletivo do Distrito Federal após o prazo de um ano sem movimentações;
- o cartão de transporte integra o Sistema de Bilhetagem Automática - SBA/DF, chamado Cartão Mobilidade, operado pelo Banco de Brasília – BRB, permitindo a recarga de valores para utilização do sistema de transporte público e a integração entre modais de transporte no Distrito Federal;
- os créditos constantes do Cartão Mobilidade são adquiridos mediante transação financeira, na qual o usuário coloca, antecipadamente, seus recursos particulares sob a gestão do BRB com o objetivo de usufruir, paulatinamente, dos serviços de transporte público do DF, prestados por empresas concessionárias;
- tais créditos fazem parte, após adquiridos, do patrimônio pessoal do usuário do sistema de transporte público, não podendo ser retidos pelo Governo do Distrito Federal, pois essa retenção configuraria confisco ilegal de propriedade privada;
- o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) declarou, inclusive, a inconstitucionalidade de trechos de lei estadual, firmando entendimento de que a retenção de valores monetários armazenados em cartão de transporte, além de representar confisco, é matéria de competência privativa da União por envolver legislação civil, consumerista, trabalhista e de transporte (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0017304-17.2017.8.19.0000);
- o confisco previsto no Decreto n.º 43.899/2022 não se fundamenta sequer em lei em sentido formal.

#### **V. Esclarecimentos Prestados pela Semob/DF**

16. Em cumprimento ao item II da Decisão nº 1.470/2023, a Secretaria de Mobilidade, em relação à representação formulada pelo Deputado Distrital Fábio Felix Silveira, esclareceu (Ofício Nº 873/2023 - SEMOB/GAB – peça 39):

*A respeito do assunto, com base na manifestação da Subsecretaria de Arrecadação, Gestão e Controle - SUACOG desta Pasta no Despacho - SEMOB/SUACOG (111395725), cumpre-nos informar que esta Secretaria, atendendo às solicitações da população e buscando o melhor, reuniu-se na Câmara Legislativa do Distrito Federal - CLDF no dia 13/03/2023 com os*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*Deputados Fábio Felix (PSoL), Gabriel Magno (PT) e Max Maciel (PSoL), para que fossem debatidas as medidas que iriam ao encontro dos anseios da população, que solicitava mais esclarecimentos sobre o Decreto nº 43.899, de 31 de outubro de 2022, ficando acordado então com as autoridades novos prazos e diretrizes a serem publicadas.*

*Isto posto, em 17 de abril de 2023 foi publicado o Decreto nº 44.432 (ID 111028861), que revogou o Decreto nº 43.899/2022, modificando os prazos para o recolhimento dos créditos vencidos. O novo Decreto trata da expiração de créditos de transporte e não de recursos monetários, destacando-se que a partir da primeira utilização os acessos são subsidiados pelo sistema, onde atualmente a tarifa usuário demonstra-se bem inferior ao valor da tarifa técnica, não cobrindo os custos operacionais do Sistema de Transporte Público. Quando o usuário compra um crédito de transporte de R\$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos) para utilizar o BRT ele já está sendo subsidiado, haja vista que a tarifa paga pelo usuário é inferior à tarifa técnica necessária para cobrir os custos do sistema, posto isto, faz-se necessária a complementação tarifária.*

*Considerando que o crédito será utilizado para o equilíbrio financeiro na complementação da tarifa usuário, com fito de que o usuário não receba aumentos significativos na sua passagem, e que a utilização dos referidos créditos visa evitar o uso indevido e a fraude, onde o valeiro assedia pessoas que tenham recursos parados, evitando a criação de mercado paralelo.*

*Considerando ainda, que a utilização desse crédito pela SEMOB diminui a necessidade de solicitação ao erário para cobrir a previsão orçamentária, no qual é relativamente superior ao montante disponibilizado para a pasta, e que o Decreto objetiva regulamentar os prazos de expiração dos créditos conforme o tipo de cartão no sistema, concedendo a oportunidade de utilização dos créditos, pelos usuários, obtendo os seguintes prazos de validade:*

*I - Os Créditos transferidos ao cartão Mobilidade, adquiridos a partir de abril de 2022, terão validade de 5 (cinco) anos;*

*II - Os Créditos transferidos ao cartão Vale-transporte, adquiridos a partir de abril de 2022, terão validade de 2 (dois) anos;*

*III - Os Créditos adquiridos e não transferidos para os cartões terão validade de 2 (dois) anos.*

*§ 2º Os Créditos transferidos aos cartões Mobilidade, Vale-Transporte e demais cartões, adquiridos até março de 2019, deverão ser expirados imediatamente.*

*§ 3º Os Créditos transferidos aos cartões Mobilidade e Vale-Transporte, adquiridos entre abril de 2019 e março de 2022, deverão ser expirados a partir de abril de 2024.*

*§ 4º Os Créditos remanescentes de titulares falecidos poderão ser expirados, independente da validade estipulada nos parágrafos anteriores.*

*Deste modo, consideramos que os questionamentos proferidos pelo excelentíssimo Senhor Deputado Fábio Felix Silveira foram sanados com a nova publicação do Decreto nº 44.432/2023.*

17. Verifica-se que o Decreto nº 44.432/2023, conforme informado pela Jurisdicionada, tem, ao estabelecer prazo de validade para os bilhetes eletrônicos de





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

transporte do SBA/DF e ao prever a retenção dos créditos vencidos em favor dos cofres distritais, como objetivos últimos: **(a)** garantir a modicidade tarifária do STPC/DF, **(b)** permitir o equilíbrio econômico-financeiro do referido sistema sem orçamento do governo local e **(c)** combater as fraudes.

18. O Decreto Distrital nº 44.432/2023 foi, segundo a Secretaria, publicado com a anuência do representante e dos Deputados Distritais Gabriel Magno (PT) e Max Maciel (PSol).

**VI. Exame de Mérito da Representação**

19. A representação contém a alegação de que o estabelecimento de prazo de validade de bilhetes de transporte e a retenção dos créditos vencidos pelo Estado, além de representarem confisco, são matérias legislativas de competência da União, tomando como base o entendimento firmado pelo TJRJ na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0017304-17.2017.8.19.0000 (peça 1).

20. A Corte de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), na ADI nº 0017304-17.2017.8.19.0000, proferiu o seguinte acórdão<sup>1</sup> (págs. 1/3 da peça 42):

*REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE. EXPRESSÕES “VALE-TRANSPORTE”, “E OS CRÉDITOS ARMAZENADOS NA FORMA DE VALORES MONETÁRIOS” E “DOS CRÉDITOS ARMAZENADOS”, ESSES CONSTANTES NO ARTIGO 19, CAPUT E § 3º, DA LEI Nº 5.628, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009, COM REDAÇÃO DADA PELO ARTIGO 2º DA LEI Nº 7.506, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016. ARTIGO 72, CAPUT, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, QUE REPETIU O TEOR DO ARTIGO 25, § 1º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. **HÁ DE SE OBSERVAR A VEDAÇÃO IMPLÍCITA PARA QUE O ESTADO-MEMBRO LEGISLE SOBRE DIREITO TRABALHISTA, DIREITO CIVIL E TRANSPORTE, EIS QUE SE CUIDAM DE MATÉRIAS ATINENTES À COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO (CF, ART. 22, INCISOS I E XI). ARTIGO 9º, CAPUT, DA CERJ, DETERMINANDO QUE O ESTADO GARANTA, INCLUSIVE VIA ATUAÇÃO LEGISLATIVA, “A IMEDIATA E PLENA EFETIVIDADE DOS DIREITOS E GARANTIAS INDIVIDUAIS E COLETIVOS, MENCIONADOS NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA”, SENDO CERTO QUE A PROPRIEDADE SE ENCONTRA PREVISTA NO ARTIGO 5º, INCISOS XXII E XXIII, DA CARTA MAGNA. DESSE MODO, AO DETERMINAR QUE, APÓS O PRAZO DE VALIDADE, OS VALORES DOS CRÉDITOS ARMAZENADOS SEJAM DESTINADOS AO FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE (§ 3º DO ART. 19 DA LEI ESTADUAL Nº 5.628, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009), A NORMA ESTADUAL INCORRE EM***

<sup>1</sup> Cabe realçar que recurso extraordinário contra o julgado em destaque não foi apreciado pelo Supremo Tribunal Federal – STF. A Suprema Corte entendeu que o recurso não deveria ser conhecido devido à inexistência de repercussão geral, a teor do art. 102, § 3º, da Constituição Federal e do art. 1.035, § 2º, do Código do Processo Civil (págs. 35/46 da peça 42).

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

**VERDADEIRO ATO CONFISCATÓRIO, ATINGINDO O PRÓPRIO NÚCLEO ESSENCIAL DO DIREITO À PROPRIEDADE, ESTANDO EM CONFRONTO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, TANTO EM RELAÇÃO AO SEUS ARTIGOS 5º, INCISO XXII E 170, INCISO II, COMO NO TOCANTE AO SEU ARTIGO 150, INCISO IV QUE, EMBORA TRATE ESPECIFICAMENTE DE IMPOSTO, É EXPRESSO EM SUA MENÇÃO AO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO AO CONFISCO.** ENTENDIMENTO PELA EXISTÊNCIA DE ATO CONFISCATÓRIO QUE TAMBÉM FORA CONSIGNADO PELO EXMO. SR. GOVERNADOR, AO VETAR PARCIALMENTE O DISPOSITIVO EM COMENTO, TENDO TAL VETO SIDO DERRUBADO NA ALERJ. COMO OBTER DICTUM, VEJASE QUE OS CRÉDITOS ELETRÔNICOS ARMAZENADOS NÃO PODEM SER COMPARADOS A PASSAGENS AÉREAS OU AOS CRÉDITOS DE TELEFONIA CELULAR. NESSES CASOS, O CONSUMIDOR EXPRESSAMENTE REALIZA A COMPRA ANTECIPADA DO SERVIÇO QUE, POR SUA VEZ, ENCONTRA-SE VINCULADO A UM FORNECEDOR ESPECÍFICO. EM CONTRAPARTIDA, NO CASO DESTES AUTOS, O CRÉDITO EM CARTÃO TEM O CONDÃO TÃO SOMENTE DE FACILITAR O PAGAMENTO PELO SERVIÇO, UMA VEZ QUE PODE SER UTILIZADO EM QUALQUER TRANSPORTE URBANO NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, TRATANDO-SE DE VERDADEIRO VALOR MONETÁRIO COMPARÁVEL AOS CARTÕES DE CRÉDITO PRÉ-PAGOS. TANTO É ASSIM QUE HÁ CARTÃO RIOCARD PRÉ-PAGO COM DUPLA FUNÇÃO, PODENDO SER USADO TANTO NO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA QUANTO PARA O PAGAMENTO NO COMÉRCIO OU NA INTERNET. PATENTE A INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL ORGÂNICA CONSISTENTE NO VÍCIO DE COMPETÊNCIA, ANTE A OFENSA AOS ARTIGOS 9º, CAPUT, E 72, AMBOS DA CERJ, BEM COMO A INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DAS EXPRESSÕES “VALE-TRANSPORTE”, “E OS CRÉDITOS ARMAZENADOS NA FORMA DE VALORES MONETÁRIOS” E “DOS CRÉDITOS ARMAZENADOS”, ESSES CONSTANTES NO ARTIGO 19, CAPUT E § 3º, DA LEI Nº 5.628, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2009, COM REDAÇÃO DADA PELO ARTIGO 2º DA LEI Nº 7.506, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016, AMBAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO A FIM DE QUE SEJA EXCLUÍDO, DO ARTIGO 19, CAPUT E § 3º, DA LEI Nº 5.628, QUALQUER INTERPRETAÇÃO QUE PERMITA A PERDA DE VALORES INSERIDOS PELOS USUÁRIOS EM BILHETES ELETRÔNICOS NO SISTEMA DE BOLSA DE CRÉDITO (destaque no original).

21. O representante, na peça vestibular, deixa transparecer a ideia de que o prazo de validade dos cartões de transporte do STPC/DF e a destinação dos créditos expirados são assuntos cuja regulação exige lei em sentido formal.
22. Com as devidas vênias, discorda-se do entendimento do TJRJ, encampado pela representação pelos motivos expostos a seguir.



## VI.A – Quanto à Alegada Invasão de Competência

23. O estabelecimento de validade de bilhetes eletrônicos de passagem de transporte coletivo não é matéria de competência exclusiva da União. Os estados e municípios podem regular esse assunto, visto que se trata do estabelecimento de política tarifária, **não envolvendo legislação civil, consumerista ou trabalhista.**

24. A Procuradoria-Geral da República, ao emitir parecer sobre o acórdão proferido pela Justiça fluminense na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0017304-17.2017.8.19.0000, assim se pronunciou (pag. 34 da peça 42):

*Com efeito, com baliza no acima afirmado, não se estaria a tratar de inconstitucionalidade formal por invasão de competência legislativa da União, posto que estaria a legislação estadual impugnada a regular os recursos residuais nos cartões, instituído pelo Estado no âmbito do Sistema de Bilhetagem Eletrônica. Em consequência, **não se pode concluir por inconstitucionalidade material, visto que não se amolda a regulação a tratar de regras de caráter geral de** direito do trabalho, civil, **transporte ou mesmo de princípios de ordem econômica.***

(destacou-se)

25. Por exemplo, ao analisar a constitucionalidade da Lei Federal nº 11.795/2009, que dispõe sobre prazo de validade dos bilhetes de passagem de transporte coletivo rodoviário de passageiros intermunicipal, interestadual e internacional pelo prazo de um ano, o Supremo Tribunal Federal entendeu (ADI 4289/DF - págs. 47/48 da peça 42):

*AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO ADMINISTRATIVO. LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. PERTINÊNCIA TEMÁTICA. ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. ALEGAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI FEDERAL Nº 11.795/2009, QUE DISPÕE SOBRE PRAZO DE VALIDADE DOS BILHETES DE PASSAGEM DE TRANSPORTE COLETIVO RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS INTERMUNICIPAL, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL PELO PRAZO DE UM ANO, NO TOCANTE AO TRANSPORTE INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS. ATRIBUIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIA RESIDUAL AOS ESTADOS-MEMBROS (CF, ART. 25, §1º). INCONSTITUCIONALIDADE. 1. Legitimidade ativa ad causam da Confederação Nacional do Transporte – CNT (art. 103, IX, da Constituição da República). Demonstradas a abrangência nacional da entidade e a pertinência temática entre os fins institucionais da entidade requerente e o tema suscitado nesta ação de controle concentrado de constitucionalidade, como decorre do seu Estatuto. 2. **O art. 22, XI, da Constituição da República fixa a competência privativa da União para legislar sobre “trânsito e transportes”. O significado da competência privativa atribuída à União quanto à legislação sobre transporte de passageiros há de ser definido sob a perspectiva de que a Constituição também confere a esse ente a titularidade da exploração, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros (art. 21, XII, e). Aos***





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

**Municípios foi conferida a competência de organizar serviços públicos de interesse local, inclusive transporte coletivo (art. 30, V, CF). Resta a cargo dos Estados-membros a competência para explorar e regulamentar a prestação de serviço de transporte intermunicipal de passageiros, no exercício de sua competência reservada (art. 25, § 1º, CF).** 3. A União Federal, ao dispor acerca do prazo de validade dos bilhetes de transporte coletivo rodoviário intermunicipal, imiscuiu-se na competência constitucional residual do Estado-membro. Consolidação, na jurisprudência desta Suprema Corte, do entendimento de que é dos Estados a competência para legislar sobre prestação de serviços públicos de transporte intermunicipal. Precedentes. **4. O prazo de validade do bilhete, mais elástico ou não, corresponde a um benefício que, por sua natureza, tem um custo. Incumbe ao Estado, como titular da exploração do transporte rodoviário intermunicipal, fixar a política tarifária à luz dos elementos que nela possam influenciar, tal como o prazo de validade do bilhete (art. 175, CF).** Não cabe à União interferir no poder de autoadministração do ente estadual no que concerne às concessões e permissões dos contratos de transporte rodoviário de passageiros intermunicipal, sob pena de afronta ao pacto federativo. 5. O tratamento legal conferido aos transportes intermunicipais gera uma distinção em ofensa ao princípio da isonomia (art. 5º, caput, CF), uma vez que a Lei nº 11.975/2009 acaba por impor obrigação desigual entre as empresas e usuários dos transportes intermunicipal e semiurbano. 6. Ação direta conhecida e pedido julgado procedente, para declarar a inconstitucionalidade parcial do art. 1º da Lei Federal nº 11.975/2009, com redução de texto do vocábulo “intermunicipal” (grifos acrescidos).

26. O julgamento da Suprema Corte não deixa margem de dúvida de que a matéria regulada pelo Decreto Distrital nº 44.432/2022 – validade de cartões de transporte e destinação dos créditos expirados – relaciona-se à política tarifária do setor de transporte público local e se enquadra na competência legislativa do Distrito Federal.

27. Não há, portanto, que se falar em **invasão de competência legislativa**.

## **VI.B – Quanto ao Alegado Confisco**

28. A retenção dos créditos vencidos pelo Estado para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do STPC/DF, por sua vez, não representa confisco ou ofensa ao direito de propriedade, que não é absoluto. Tais recursos retidos contribuem, inclusive, para modicidade tarifária.

29. No parecer sobre o acórdão proferido pela Justiça fluminense na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0017304-17.2017.8.19.0000, a Procuradoria-Geral da República, ao examinar a questão sobre o possível confisco, assim se pronunciou (págs. 33/34 da peça 42):

*Todavia, superada a premissa de que não se cuida de legislar sobre matéria*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*afeta à competência privativa da União, o que deu fundamento a declaração de inconstitucionalidade da expressão “créditos armazenados”, bem como a relativização do direito de propriedade que não seria absoluto, em favor, portanto da possibilidade de transferência dos recursos oriundos de passagens eletrônicas, mais precisamente, créditos eletrônicos de passagens, ao Fundo Estadual de Transporte, hígido os fundamentos do recurso extraordinário do Estado do Rio de Janeiro, em ter também constitucional a possibilidade de transferência dos créditos armazenados, não utilizados nos serviços de transporte após um ano de validade.*

30. Na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0063555-38.2021.8.16.0000, com pedido de tutela cautelar, o Deputado Estadual Jorge Gomes de Oliveira Brand pugna pela declaração de inconstitucionalidade dos §§ 3º, 4º e 5º do art. 26 da Lei Municipal nº 12.597/2008 na redação dada pelo art. 1º da Lei Municipal nº 15.508/2019, bem como art. 1º da Lei Municipal nº 15.904/21, todas de Curitiba, e, por arrastamento, do art. 19 do Decreto Municipal nº 649/2014, os quais instituem prazo de validade para os bilhetes (cartão-transporte) do sistema de transporte coletivo municipal de Curitiba e preveem a retenção dos créditos vencidos (págs. 65/93 da peça 42).

31. O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), ao negar o pedido de medida cautelar para suspender a vigência das leis e decreto municipais, asseverou (págs. 88/92 da peça 42):

*Cabe notar que, ao que tudo indica, a expiração de créditos tarifados está intimamente relacionada com a política de remuneração e sustentabilidade do sistema de bilhetagem eletrônica (impacto de receita) por configurar caso de “float permanente”, ou seja, consubstancia potencial receita **acessória** relacionada à bilhetagem e, dessa forma, compõe elemento balizador do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, nos termos do Caderno Técnico da Associação Nacional de Transportes Públicos (destaques nossos):*

**“A análise do balanço financeiro da implantação de um sistema de bilhetagem automática variará muito caso a caso, dada a enorme diferença entre as condições dos sistemas de transporte e os seus respectivos projetos de implantação. Todavia, se forem consideradas somente as potencialidades de aumento de receitas mais facilmente mensuráveis (receitas financeiras do float, float permanente e aumento de receitas por redução de fraudes), estas podem representar, somadas, de 4,6% a 6,1% da receita do sistema, conforme visto no caso hipotético acima. Fica assim demonstrado que os custos de implantação e operação de um sistema, que no mesmo caso hipotético é de 4,1% da receita, podem ser superados por aumentos de receitas resultantes dessa implantação. Esses ganhos, ao superarem os custos, poderiam ser apropriados pelos mesmos usuários, com redução da tarifa, ou por projetos**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

**de aumento da qualidade nos serviços”.**

Conforme esclarece Júlio Eduardo Campos de Freitas sobre a integração física e tarifária nos modais de transporte, os créditos remanescentes não utilizados pelos usuários do transporte público detêm capacidade para fomentar a política tarifária:

**“Há várias formas de se remunerar o operador: pela quilometragem, pela quantidade de passageiros ou por um mix percentual dessas variáveis. O operador de ônibus e o operador de metrô esperam receber um valor para a operação que realizaram. Há um float financeiro que é muito importante do ponto de vista negocial para cada uma das empresas partícipes, que às vezes é mais importante do que o próprio foco fundamental do negócio de transporte, que é o da realização da viagem. O movimento de recursos de uma câmara de compensação é tão grande, que os ganhos passíveis de serem realizados com a sua movimentação de um dia para o outro, não são nada desprezíveis. Além disso, outro fator tem importância: cerca de 2% dos créditos de viagem vendidos jamais vêm a ser utilizados pelos usuários. E isto é muito expressivo. As pessoas perdem os cartões, ou simplesmente se esquecem de utilizar seus créditos... O título de transporte (o direito à viagem) é vendido antecipadamente e, há usuário que nunca usa esse crédito adquirido. Existe uma massa de recursos daí resultante que logicamente teria que ser distribuída para os diferentes modos, para não se criar um desequilíbrio financeiro do sistema e de cada empresa. Então, por vários motivos, a receita total é concentrada em um único lugar para que isso seja usado como instrumento de política tarifária. Esse superávit, em tese (créditos não utilizados e não reclamados) pode ser colocado em uma “bolsa” e depois repassado para o usuário para instituir descontos a título de obter certa modicidade tarifária ou, dependendo da regra, ser distribuído entre os operadores pelo percentual representativo da participação de cada um deles em relação ao total. Se um operador tem 10% dos passageiros (ou da quilometragem realizada, conforme o caso), pareceria conveniente que uma parte correspondente da arrecadação viesse a ser a ele destinada, ou apropriada pelo poder público para fazer cumprir alguma política de isenção tarifária por exemplo. A vantagem do sistema de bilhetagem é que ele preserva cada contrato individualmente, e a receita é distribuída para cada modo e cada empresa de acordo com o seu contrato específico”.**

Frente a esses elementos, a retenção de numerário dos usuários que não se utilizam tempestivamente dos créditos pode vir a caracterizar espécie de recurso



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*extratarifário (ou pelo menos nova fonte de financiamento do serviço público), circunstância essa que, por si só, não inquina de inconstitucionalidade a previsão normativa, **pois tal expediente permite a modicidade do valor da tarifa** (art. 9º, “caput” e §5º; art. 10, parágrafo único, ambos da Lei Federal nº 12.587/12), conforme esclarecido pela URBS no movimento 17.14 (grifos nossos):*

*“quando se pergunta para onde são destinados os recursos das expirações de créditos, a resposta é sem dúvida, **para ajudar a manter a tarifa do usuário em patamar inferior a tarifa técnica**, para manter a manutenção do sistema inclusive para auxiliar nos custos de vandalismo”.*

*De mais a mais, a modicidade da tarifa auxilia na diminuição do impacto do custo do serviço público, aspecto esse que também é valorizado pelas regras consumeristas.*

*(...)*

*Ante o exposto, acordam os Desembargadores do Órgão Especial do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ, por unanimidade de votos, em DENEGAR A MEDIDA CAUTELAR, nos termos do voto do Relator.*

32. Como se depreende da deliberação do Órgão Especial do TJPR, os créditos de transporte retidos por perda de validade correspondem à receita extra tarifária, que ajuda na manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do sistema de transporte e na modicidade do valor das tarifas, atendendo ao art. 9º, “caput” e § 5º da Lei Federal nº 12.587/2012 (**Plano Nacional de Mobilidade**) e ao § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 8.987/1995 (**Lei Federal de Concessões**), *ipsis litteris*:

**Lei Federal nº 12.587/12 (Plano Nacional de Mobilidade)<sup>2</sup>**

*Art. 9º O regime econômico e financeiro da concessão e o da permissão do serviço de transporte público coletivo serão estabelecidos no respectivo edital de licitação, sendo a tarifa de remuneração da prestação de serviço de transporte público coletivo resultante do processo licitatório da outorga do poder público.*

*§ 5º Caso o poder público opte pela adoção de subsídio tarifário, **o déficit originado deverá ser coberto por receitas extratarifárias**, receitas alternativas, subsídios orçamentários, subsídios cruzados intrasetoriais e intersetoriais provenientes de outras categorias de beneficiários dos serviços de transporte, dentre outras fontes, instituídos pelo poder público delegante.*

**Lei Federal nº 8.987/95 (Lei Federal de Concessões)<sup>3</sup>**

*Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.*

*§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade,*

<sup>2</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm)

<sup>3</sup> [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8987compilada.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm)



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas (grifos no original).*

33. Cabe realçar que o embasamento técnico do julgamento judicial em destaque alicerça-se: **(1)** no artigo **Quem Paga as Contas da Implantação de Sistemas de Bilhetagem Automática**, publicado no **Volume 1 da Série Cadernos Técnicos - Bilhetagem automática e gestão nos transportes públicos** – Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e Associação Nacional de Transportes Públicos – ANTP, de novembro de 2003 (págs. 94/103 da peça 42)<sup>4</sup> e **(2)** no **Capítulo 7 - Integração, Operação e Manutenção** dos Textos apresentados no Curso Mobilidade sobre Trilhos, Ministério das Cidades, Secretaria de Mobilidade, 2015 (págs. 98/127 da peça 42)<sup>5</sup>.

34. O normativo ora atacado pelo representante, além do mais, tem, de acordo com os esclarecimentos prestados pela Semob, como objetivo último: **(a)** garantir a modicidade tarifária do STPC/DF, **(b)** permitir o equilíbrio econômico-financeiro do referido sistema sem orçamento do governo local e **(c)** combater as fraudes (Ofício Nº 873/2023 - SEMOB/GAB – peça 39).

35. Tais objetivos coadunam-se com os ditames do art. 9º, “caput” e § 5º da Lei Federal nº 12.587/2012 (**Plano Nacional de Mobilidade**) e do § 1º do art. 6º da Lei Federal nº 8.987/1995 (**Lei Federal de Concessões**).

36. Não está, assim, configurado **confisco de recursos**.

## **VI.C – Quanto à Alegada Exigência de Lei *Stricto Sensu***

37. Os incisos I a VI do art. 3º da Lei Distrital nº 4.011/2007<sup>6</sup> estabelecem:

*Art. 3º A Secretaria de Estado de Transportes e Mobilidade do Distrito Federal - STPC/DF é o órgão gestor do Distrito Federal incumbido do planejamento e gestão do sistema de mobilidade urbana e, nos termos do art. 26 da Lei federal nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana,*

<sup>4</sup> GERMANI, Elmir e Outros. Quem paga as contas da implantação de sistemas de bilhetagem automática. Volume 1 Série Cadernos Técnicos. Bilhetagem automática e gestão nos transportes públicos. Associação Nacional de Transportes Públicos. Disponível no endereço eletrônico: [http://fileserver.antp.org.br/\\_5dotSystem/download/dcmDocument/2016/02/24/4241EE35-BC30-492B-B970-6CA7ECC58398.pdf](http://fileserver.antp.org.br/_5dotSystem/download/dcmDocument/2016/02/24/4241EE35-BC30-492B-B970-6CA7ECC58398.pdf). Acesso em 06/07/2023.

<sup>5</sup> CAMPOS DE FREITAS, Júlio Eduardo. Mobilidade sobre trilhos: do planejamento à operação. Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos. Textos apresentados no Curso Mobilidade sobre Trilhos, Ministério das Cidades. Secretaria de Mobilidade, 2015. Capturado no endereço eletrônico: <https://anptrilhos.org.br/wpcontent/uploads/2018/08/ANPTRilhos-Mobilidade-sobre-Trilhos-web.pdf>. Acesso em 06/07/2023.

<sup>6</sup> A Lei Distrital nº 4.011/2007 dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/55705/Lei\\_4011\\_12\\_09\\_2007.html](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/55705/Lei_4011_12_09_2007.html)





**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*possui as seguintes atribuições mínimas: (Artigo alterado(a) pelo(a) Lei 6334 de 19/07/2019)*

*I - planejar e coordenar os diferentes modos e serviços, observados os princípios e diretrizes desta Lei; (Inciso acrescido(a) pelo(a) Lei 6334 de 19/07/2019)*

*II - avaliar e fiscalizar os serviços e monitorar desempenhos, garantindo a consecução das metas de universalização e de qualidade; (Inciso acrescido(a) pelo(a) Lei 6334 de 19/07/2019)*

*III - implantar a política tarifária; (Inciso acrescido(a) pelo(a) Lei 6334 de 19/07/2019)*

*IV - dispor sobre itinerários, frequências e padrão de qualidade dos serviços; (Inciso acrescido(a) pelo(a) Lei 6334 de 19/07/2019)*

*V - estimular a eficácia e a eficiência dos serviços de transporte público coletivo; (Inciso acrescido(a) pelo(a) Lei 6334 de 19/07/2019)*

*VI - dispor sobre as responsabilidades dos usuários; (Inciso acrescido(a) pelo(a) Lei 6334 de 19/07/2019)*

38. Da leitura dos dispositivos legais mencionados, observa-se que cabe ao Poder Executivo Distrital, por intermédio da Semob/DF, a regulação operacional do STPC/DF. Essa regulação pode ocorrer por diversos instrumentos normativos tais como decretos, instruções e portarias.

39. Especificamente o inciso III do art. 3º da Lei Distrital nº 4.011/2007 coloca que **a implantação da política tarifária do sistema de transporte público local é competência do Poder Executivo**. O prazo de validade dos cartões de transporte do STPC/DF e a destinação dos créditos expirados são, na essência, assuntos relacionados à política tarifária, cuja regulação não exige lei em sentido formal.

40. O Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), por exemplo, ao examinar a possibilidade de o Poder Legislativo sustar decreto editado pelo Executivo para fixar tarifas de transporte público, proferiu o seguinte julgado (Acórdão nº 1.086.043)<sup>7</sup>:

**AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.115/2017 - DECRETO Nº 37.940/2016 <sup>[8]</sup> - ATO NORMATIVO DO PODER EXECUTIVO - TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO - REAJUSTE DAS TARIFAS - SUSTAÇÃO EFEITOS - PRELIMINAR DE NÃO CABIMENTO DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - SUPERADA - INDEPENDÊNCIA DOS**

<sup>7</sup> <https://pesquisajuris.tjdft.jus.br/IndexadorAcordaos-web/sisti>

<sup>8</sup> Revogado pelo Decreto nº 10.381/2020. Disponível em: [https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/008d76f9ca144b20a33875a7d8ed2aa7/exec\\_dec\\_40381\\_2020.html#art9](https://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/008d76f9ca144b20a33875a7d8ed2aa7/exec_dec_40381_2020.html#art9)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

*PODERES - PODER REGULAMENTAR - EXORBITÂNCIA - INEXISTÊNCIA - IRREGULARIDADES - QUESTÃO DE LEGALIDADE - DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. 1. Restou superada a preliminar de não cabimento da Ação Direta de Constitucionalidade por ocasião do julgamento da medida cautelar: "A função normativa do Decreto legislativo que susta os efeitos de decreto governamental que reajusta tarifas de transporte público coletivo autoriza a via do controle abstrato de constitucionalidade. "A eficácia derogatória ou inibitória das consequências jurídicas dos atos estatais constitui um dos momentos concretizadores do processo normativo". Precedente do E. STF - ADI 748 MC". 2. A faculdade constitucional conferida ao Parlamento de edição de decreto legislativo para sustar os efeitos de decreto executivo subordina-se à manifesta exorbitância do poder regulamentar. No escólio de José Cretella Júnior: "o abuso do poder regulamentar é a invasão da competência do Poder Legislativo por parte da autoridade administrativa que, exorbitando de uma faculdade limitada que lhe foi conferida, procura criar, modificar ou procurar exceções à proibição, ordenar o que a lei não ordena" (in: Manual de Direito Administrativo, 4ª edição, Ed. Forense, págs. 158/159). 3. O disposto no Art. 49, inciso V, da CF, e reproduzido no Art. 60, inciso VI, da LODF, demanda interpretação levando em consideração que o sistema de governo adotado na Carta Política é o Presidencialista, no qual os Poderes Executivo e Legislativo são exercidos de forma independente entre si (Art. 2º da CF). Precedente jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal. 4. **Constitui prerrogativa constitucional e legal do Chefe do Executivo local a fixação de tarifas referentes ao sistema de transporte público coletivo do Distrito Federal. Inexistência de exorbitância do poder regulamentar.** 5. O descumprimento de eventuais requisitos estabelecidos pela lei regulamentada sujeita o ato regulamentador ao controle de legalidade pelas vias adequadas - judicial ou administrativa - não configurando situação de exorbitância do poder regulamentar. 6. Procedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade do Decreto Legislativo n. 2.115/2017, com efeitos ex tunc e erga omnes.*

41. Não ocorreu, desta forma, **desrespeito à exigência de lei em sentido formal**.

**VII. Conclusões**

42. Observa-se, então, que tanto o Decreto Distrital nº 43.899/2022, quanto o Decreto Distrital nº 44.432/2023, que revogou o primeiro, ao estabelecerem prazo de validade para os créditos armazenados na forma de valores monetários do Sistema de Bilhetagem Automática - SBA/DF e reversão créditos expirados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do STPC/DF, não incorreram em ofensa à Constituição Federal, **ao contrário do apontado pela representação**.

43. Não há que se falar em **invasão de competência legislativa**, em **confisco de recursos** ou em **desrespeito à exigência de lei específica** quando da edição dos decretos em relevo.

44. Verifica-se, da argumentação anterior, que a representação do deputado distrital Fábio Felix Silveira é, no mérito, improcedente, podendo esta Corte: **(a)** considerar atendido do item II Decisão nº 1.470/2023 e **(b)** autorizar o arquivamento dos autos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE  
SEGUNDA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE

**VIII. Proposições**

45. Ante o exposto, sugere-se ao egrégio Plenário:

- I. tomar conhecimento:
  - a) do Ofício nº 873/2023 - SEMOB/GAB com os esclarecimentos relativos ao teor da representação (peça 39);
  - b) do Ofício nº 313/2023-MPC/PG e respectivos anexos (peças 18 a 37);
  - c) do Decreto Distrital nº 44.432/2023 (peça 41);
  - d) do Papel de Trabalho de peça 42;
  - e) desta Informação;
- II. considerar:
  - a) atendido o item II Decisão nº 1.470/2023;
  - b) improcedente, no mérito, a representação formulada por deputado distrital (peça 1);
- III. autorizar:
  - a) a ciência da decisão que vier a ser exarada ao representante e à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade do Distrito Federal;
  - b) a restituição dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Mobilidade – SEGEM, para fins de arquivamento.

À consideração superior.

**Paulo Sérgio Carlos de Brito**  
Auditor de Controle Externo

De acordo.

À Segem.

**Raimundo Lustosa de Melo Filho**  
Diretor